

BAÍA DO IGUAPE EM BUSCA DE ATENÇÃO MERECIDA

Francisca Santos de Aragão¹
Rogério Mucugê Miranda²

RESUMO

O presente artigo visa resgatar o processo de desagregação social, econômico e ambiental, que tem gerado impacto nas atividades produtivas locais, fome e pobreza e a consequente desterritorialização e re-territorialização na Baía do Iguape, de 1970 até os dias atuais. O trabalho está assim organizado: inicialmente mostra o processo histórico de fixação de comunidades e atividades que vão configurar o território local; em seguida, discute os impactos causados pelo emprego de capitais em empreendimentos governamentais e privados, no âmbito da agricultura, do extrativismo, do setor de geração de energia e da indústria naval, que resultam na desagregação e desterritorialização, confrontada pela sociedade civil que se organiza para reterritorializar-se. Conclui que, no Iguape, o desafio da reterritorialização está sendo aceito e que é evidente a conscientização pela busca da atenção merecida, expressa por meio da vocalização das demandas pelas comunidades (locais, técnicas e organizacionais) para a manutenção do seu território.

Palavras-chave: Recôncavo. Iguape. Território. Desagregação e Fome. Reserva Extrativista. Desterritorialização e reterritorialização.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo³ visa resgatar o processo histórico, abordado de forma temporal, de desagregação do meio ambiente, gerando fome e a consequente desterritorialização e re-territorialização na Baía do Iguape, de 1970 até os dias atuais. Resulta da reunião de dois momentos de investigação, desenvolvidos pelos autores, isoladamente e em tempos diferentes, em torno da mesma problemática vivenciada pela população do Iguape, região situada no município de Cachoeira: a fome, os impactos ambientais resultantes de ações empresariais e governamentais, a desagregação (desterritorialização) de atividades produtivas locais e da sociedade, a organização dos movimentos de resistência, as primeiras evidências da importância da luta social na construção das agendas públicas de desenvolvimento com justiça e equidade, e, os sintomas da reterritorialização.

O primeiro momento foi constituído pela investigação feita junto a seis municípios do Recôncavo⁴, e em um deles – Cachoeira – uma pesquisa direta, no distrito de Santiago de

Iguape, que alcançou quatro segmentos da comunidade: as famílias, os pescadores, os trabalhadores ou residentes na área da cana-de-açúcar e as crianças de até seis anos de idade⁵. Essas investigações constituíram a base empírica para o estudo sobre a complexidade daquela região que, juntamente com os vários olhares teóricos, resultaram na dissertação elaborada por um dos autores do presente artigo (ARAGÃO, 1996).

O segundo momento de investigação foi constituído pela elaboração, mais recentemente, já em 2010, de um artigo, pelo outro autor deste trabalho, que tinha como objetivo oferecer elementos que permitissem identificar até que ponto a sociedade civil teria interferido na alteração do Projeto Pólo Naval, considerado estratégico pelo governo e que envolvia interesses econômicos de grande porte, para somente um estaleiro naval.⁶

Esses dois momentos expressam elementos e características próprias de um mesmo processo de construção e rupturas de uma sociedade que luta pela justiça e igualdade, valendo-se de iniciativas que vão da desterritorialização e da fixação para territorializar-se até a organização pela reterritorialização.

O presente artigo constitui mais um momento do referido processo e uma contribuição para a reflexão-ação na busca da atenção merecida para alcançar a justiça e a igualdade requeridas. Está constituído pela presente introdução e mais cinco partes: na primeira, apresentamos o território Baía do Iguape, inspirados na concepção do professor Milton Santos; na segunda, são descritos os processos de fixação / territorialização; na seguinte, encontram-se os elementos de desterritorialização; e, na quarta, analisa a organização da sociedade em busca de sua reterritorialização. Por último, são apresentadas as conclusões, caracterizadas pela provisoriade que lhe é própria.

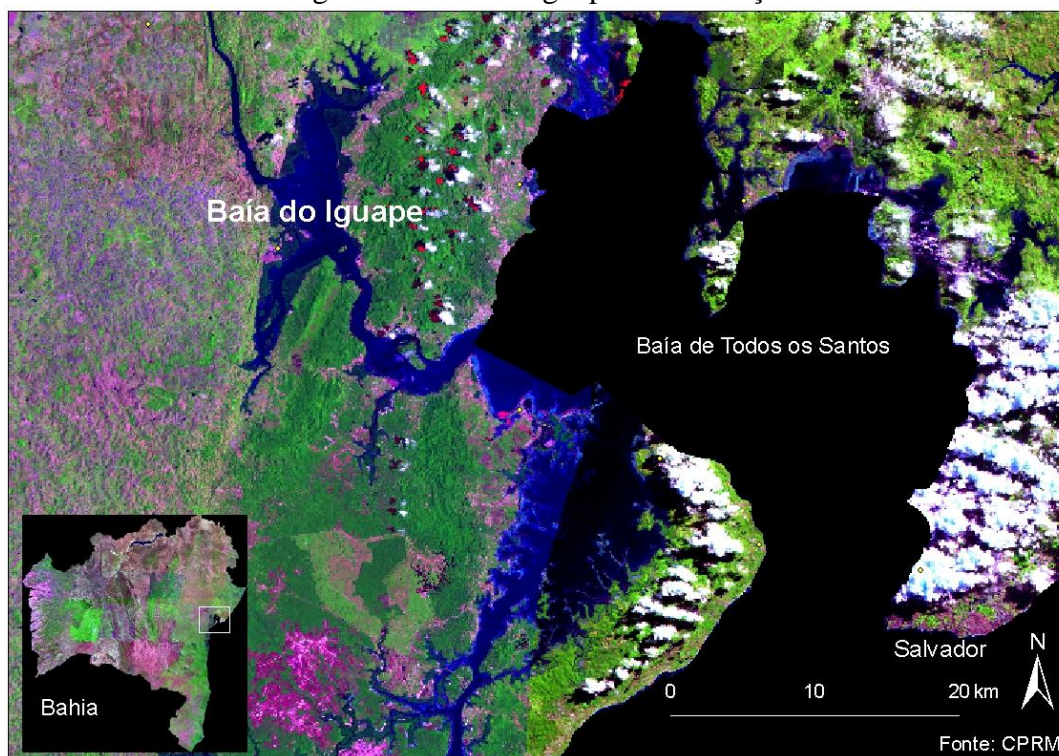
2. CONHECENDO O TERRITÓRIO BAÍA DO IGUAPE

Considera-se baía uma “reentrância da costa, porém menor que a de um golfo, pela qual o mar penetra no interior das terras” (GUERRA, A. T. e GUERRA, A. J. T., 2005, p. 79). A Baía do Iguape, localizada no Recôncavo Baiano, compõe o complexo sistema hídrico formado a partir da falha geológica Salvador – Maragojipe, situado na interface da foz do rio Paraguaçu com a grande Baía de Todos os Santos. Abrange uma área aproximada de 80km² e se comunica com a Baía de Todos os Santos através do Canal de São Roque (SANTOS *apud* MARTINS, 2009, p. 16).

O Recôncavo, - que, como nos ensina o Aurélio, é “ *a terra circunvizinha duma cidade ou dum porto; enseada*” “*extensa e fértil região da Bahia; recôncavo baiano*”

(FERREIRA,1975, p.1198) tem sido um espaço⁷ alcançado por impactos de múltiplas naturezas: econômica, social, cultural, financeira, para citar alguns.

Figura 1 – Baía do Iguape – localização



Fonte de dados: CPRM / Elaboração: Rogério Mucugê Miranda

Historicamente, foi no Recôncavo baiano e com a exploração da cana-de-açúcar que se iniciou a ocupação efetiva e a colonização do Brasil. À época, era o açúcar um artigo de grande raridade e de muita procura na Europa, onde tinha um grande valor comercial, chegando inclusive até a figurar como dote precioso e altamente prezado nos enxovais de rainhas. A qualidade do solo das novas terras revelar-se-ia surpreendentemente propício à exploração da cana que, a partir de então, aí se implantou montada na grande propriedade - a *plantation* - trabalhada por escravos. (PRADO JÚNIOR, 1970 apud ARAGÃO, 1996).

A importância do Recôncavo para a Bahia e o Brasil data, portanto, dessa era quando os colonizadores passaram, por via dos seus objetivos mercantis, a enxergar a necessidade de assegurar a posse e o controle das terras descobertas.

Na primeira metade do século passado, esta economia sofreu novos impactos provocados pela redefinição da economia brasileira que alcançou o Recôncavo, e que tinha como aliada a retração das atividades açucareiras na Bahia. Na segunda metade daquele século, com a implantação da Petrobrás e mais tarde com a instalação do Centro Industrial de

Aratu e Pólo Petroquímico de Camaçari, novas redefinições ocorreram na economia do Recôncavo, que ao lado das políticas de intervenção – sejam os planos de desenvolvimento ou os de estabilização – adotadas, principalmente nas duas últimas décadas, para a economia brasileira, conferiram-lhe nova fisionomia. As mudanças operadas alcançaram as demais atividades produtivas. É neste período que se opera um novo impulso da atividade canavieiro-açucareira, incorporando agora mais uma utilização econômica daquele produto. Trata-se da produção alcooleira, como produto também da cana-de-açúcar e apoiado pelas políticas governamentais viabilizadas pelo PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool. Esse novo momento é que impulsiona a ampliação da lavoura canvieira para além das terras tradicionais do massapé⁸, passando agora a ocupar os chamados tabuleiros⁹.

Particularmente no caso da ampliação da lavoura no Recôncavo, ela se deu desarticulando ou erradicando atividades de pequeno e grande portes, desestruturando pequenas aglomerações sociais, subempregando e desempregando populações, alterando o ambiente físico e sobretudo, modificando o quadro de relações agrárias dos municípios que foi alcançando.

Outro empreendimento governamental que também contribuiu à época (década de 80) para a desagregação, e que até hoje impacta a área com as alterações provocadas – econômicas, sociais, ambientais, etc. – alimentando, portanto, o processo agora conceituado como desterritorialização, foi a construção da Barragem de Pedra do Cavalo que, constituindo a principal parte do que foi planejado como o complexo hidroelétrico de Pedra do Cavalo provocou profundas alterações naquele território. No presente trabalho, buscamos em SANTOS (2007) a compreensão do que chamamos de território. Para o referido autor, a categoria de análise deve ser o território usado e não o território em si, como citamos a seguir:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem.” Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeíoe. (SANTOS, 2007. p.14).

HAESBAERT (2007) discute também a conceituação de território oferecida por diferentes autores, mostrando as várias concepções de território. Assim, tem-se “território

numa posição materialista: território e natureza”, de Maurice GODELIER, a perspectiva “ideal-simbólica do território”, de BONNEMAISON & CAMBRÈZY, e a abordagem que prioriza a dimensão econômica (vários autores). Para HAESBAERT (2007, p.52),

as questões do controle, do “ordenamento” e da gestão do espaço têm sido sempre centrais nas discussões sobre território. Como elas não se restringem, em hipótese alguma, à figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras, é imprescindível trabalhar com o **território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais**. (grifo nosso).

Mais recentemente (2008) a criação do Pólo Naval na Reserva Extrativista Marinha do Iguape a par de alavancar o desenvolvimento da área provocou, por outro lado, fatores condicionantes e questionáveis.

É neste território que se situa a Baía do Iguape, a escolhida base física dos processos que tratamos neste artigo.

Abordaremos, dentro destes processos, como o capital desagrega o meio ambiente, área de sobrevivência das comunidades tradicionais de Iguape, para assim os desterritorializar de suas áreas de convívio. Segundo PROST (2008), o manguezal

constitui um lugar, no sentido de expressar uma territorialidade afetiva, de respeito e não apenas uma reserva de recursos naturais. Esse sentimento se constrói socialmente pois o manguezal significa um lugar que pertence à moradia; é um prolongamento da casa graças à familiaridade, à proximidade e à frequência de visita neste meio costeiro (PROST, 2008, p. 17).

A característica local de salinidade e sistema hídrico da Baía do Iguape favoreceu o desenvolvimento dos manguezais, que ocupam aproximadamente 35% de toda a Baía de Iguape e possibilitou a reprodução de diversas espécies de mariscos e peixes. Segundo a Dra. Solange Nascimento, “estruturalmente, os manguezais não podem ser definidos como uma espécie e sim como uma unidade ecológica da qual dependem 2/3 da população de peixes do mundo, podendo em algumas regiões este índice alcançar até 97%” (COMISSÃO PRÓ-IGUAPE, 2009, p. 82).

Este ambiente estuarino foi e continua sendo fonte alimentar para cerca de 20.000 pescadores e marisqueiras distribuídos em aproximadamente 30 comunidades, que vivem do extrativismo animal e vegetal (mariscos, peixes e dendê) nesta região, fenômeno econômico e social que começou a requisitar mais profissionais artesanais após o arranque do dendê para a implantação da cana-de-açúcar, com vistas à utilização de recursos do PROÁLCOOL na

região, incentivado pelo Governo Federal. Esta iniciativa, bem como os investimentos para construção da Barragem de Pedra do Cavalo e, subseqüentemente, diversos incentivos de ordem econômica, ocasionaram uma reestruturação territorial na região, favorecendo a concentração de terras e aglomerando, em pequenos pedaços de chão, famílias que vivem historicamente da agricultura de subsistência e do extrativismo (MIRANDA & SANTOS, 2010).

Diagnóstico apresentado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP aponta que:

somente 23,4% daqueles que trabalhavam a terra eram proprietários desta, enquanto os outros 76,6% não eram proprietários da terra em que produziam. No que diz respeito à zona rural, no momento da realização da pesquisa, 5% dos pescadores afirmaram ser donos da terra (MARTINS, 2009, p. 28).

Esta população, de maioria afrodescendente, juntamente com sua cultura, sofre um processo histórico de desterritorialização, estando sempre obrigada a se adaptar aos interesses do capital, os quais estão acima daqueles do Estado.

Até 2008, 25 comunidades na região do Iguape foram reconhecidas como quilombolas, e 03 aguardavam processo de reconhecimento pela Fundação Palmares (MOVIMENTO PRÓ-RESEX BAÍA DO IGUAPE, 2008, p. 3).

Com o processo de desagregação do meio ambiente interferindo no manguezal, na pesca e na mariscagem, e os consequentes conflitos de terra, comunitários passaram a reivindicar a proteção da Baía do Iguape através da criação de uma Reserva Extrativista, Unidade de Conservação de Uso Sustentável que, conforme MMA (2006):

é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (MMA, 2006, p. 17-18).

A Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape (RESEX) foi criada em 11 de agosto de 2000¹⁰ tendo como objetivo “garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área” (BRASIL, 2000).

Mas, em 2007, o Governo do Estado da Bahia e algumas empreiteiras estabeleceram uma aliança para a instalação de um Pólo Industrial Naval dentro da RESEX, conflituando com os objetivos desta Unidade de Conservação e ocasionando resistências. Esta resistência

foi fortalecida pela Comissão Pró-Iguape, formada por ONGs ambientalistas, pesquisadores, movimentos sociais e extrativistas (MIRANDA e SANTOS, 2010, p. 3-6).

Para evitar maiores desgastes jurídicos, o Governo Federal, em 2009, através de Medida Provisória – MP altera as poligonais da RESEX, visando garantir a implantação do Pólo Industrial Naval em territórios hoje ocupados pelos extrativistas, que utilizam esta área para a pesca e a mariscagem.

Figura 2 – Reserva Extrativista Marinha do Iguape – situação atual



Fonte de dados: Google / Elaboração: Rogério Mucugê Miranda

Com a desterritorialização em Iguape, ocorre uma “nova ordem”: a re-territorialização. Para abordar estes fenômenos, neste artigo são apresentados o processo de desagregação do meio ambiente e desterritorialização das populações que ali vivem secularmente, resultando em um novo processo de re-territorialização. A pesquisa na região, por ARAGÃO (1997), foi significativamente reveladora do quadro da desagregação do ambiente inteiro, com pobreza, miséria, fome, sistemas biológicos e físicos, enquanto HAESBAERT (2007, p. 68) entende que desterritorialização, “antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão

social, ou melhor, de exclusão socioespacial.” É uma sequência lógica que resulta em uma nova estruturação territorial: a re-territorialização, onde o capital, com aporte do Estado, tem participação e inserção efetiva na nova configuração do lugar, apropriando-se cada vez mais de terra e água e expandindo seus processos de acumulação e lucro.

Tendo experimentado um fenômeno contínuo de desagregação, desterritorialização e re-territorialização do capital, as comunidades de Iguape vão se fortalecendo e gerando novas formas de organização social e de resistência.

3. FIXANDO-SE PARA TERRITORIALIZAR

O Recôncavo Baiano é uma região geográfica da Bahia onde estão inseridos diversos elementos da industrialização e suas conseqüências (aumento populacional, vias de acesso, etc) que tensionam com o ambiente natural e com as populações tradicionais. Como exemplo, podemos citar o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu – CIA, a Barragem Pedra do Cavalo, a monocultura de cana-de-açúcar e a Região Metropolitana de Salvador – RMS. Seu processo de ocupação iniciou-se com o Brasil-Colônia, e o Recôncavo Baiano era um lugar estratégico para os objetivos mercantis de Portugal, enxergando-se assim a necessidade de se assegurar “a posse e o controle das terras descobertas” (ARAGÃO, 1996, p. 85). Assim, a região passa a ser ocupada por portugueses, que se apropriam de trabalho escravo de índios locais e negros trazidos da África. Com a abolição da escravatura, diversas comunidades negras se estabelecem no Recôncavo. Isto pode ser evidenciado no diagnóstico do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP (2000), “mostrando 18,5% da população de pescadores(as) locais. De acordo com o diagnóstico, 91,4% da população se declara negra, reflexo da chegada de escravos advindos da África com o intuito de trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar” (MARTINS, 2009, p. 26).

Estas comunidades se fixaram, em muitos casos, na Baía do Iguape, local que é hoje um dos menos industrializados e urbanizados da Baía de Todos os Santos, mantendo ainda fragmentos de Mata Atlântica, manguezal e o estuário do rio Paraguaçu, um dos rios baianos mais volumosos. Este ecossistema favorece um regime de água permanente, solo e clima favoráveis à agricultura, e a coleta de espécimes de peixes e mariscos. Uma das plantas que estas comunidades mais utilizaram no extrativismo foi o dendê, originária também da África e que se adaptou ao Recôncavo Baiano, se misturando à Mata Atlântica sem a prejudicar. Seu óleo, “originário desta palmeira, o azeite do dendê, consumido há mais de 5.000 anos, foi introduzido no continente americano a partir do século XV, coincidindo com o início do

tráfico de escravos entre a África e o Brasil” (CEPLAC, 2011). Assim, os tabuleiros foram ocupados pelo dendê e sua cadeia econômica, organizada pelas comunidades locais. Este processo fortalece a ocupação do território por suas populações as quais, conforme evidenciou nossa vivência como pesquisadores na área, na década de 1990 e em 2010, reconhecem no dendê sua planta-irmã, já que, assim como eles, foi trazida da África. E a manipulação do dendê se faz com técnicas já conhecidas daquele continente, não necessitando de mais difíceis adaptações que sua condição de cor em terras estrangeiras lhe impunha. Assim elas se fortalecem naquele espaço com mais um elemento que lhe fixa ao chão e possibilita a formação de um território.

Maurice GODELIER (1984, apud HAESBAERT, 2007, p.47) denomina território “a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência” Já segundo COSTA (1984 apud MARTINS, 2009) [...], “da contribuição dos africanos, muito presentes no Recôncavo Baiano, conservam-se ritos, celebrações religiosas, cantos, samba de roda e expressões lingüísticas além das comidas feitas à base do dendê e pimenta”. Portanto, a população negra do Recôncavo Baiano encontrou, no manguezal, na Mata Atlântica e em algumas espécies trazidas com eles da África, meios necessários à sua sobrevivência, facilitando a continuidade e a adaptação de sua cultura em terras brasileiras. Só que esta cultura, quando impede o avanço das forças hegemônicas do capital, torna-se ameaçada. Assim também é o ambiente do qual vivem e dependem os mantenedores desta cultura. No Brasil Colônia, houve um período de implantação da lavoura de cana-de-açúcar, modificando a paisagem e utilizando-se de mão-de-obra escrava. Mais tarde, após a abolição da escravatura, já com os remanescentes de escravos aglomerados em pequenas comunidades, estas passam a viver do extrativismo vegetal, agricultura, pesca e mariscagem. Porém, sempre se deslocando para atender à oligarquia e aos coronéis, iam resistindo de forma pacífica e sem uma organização social que lhes unisse em torno de sua permanência no local e na defesa de seus interesses. Sua resistência se mantém através de sua sobrevivência.

4. DESAGREGAÇÃO QUE DESTERRITORIALIZA

Foram inúmeros os ciclos econômicos da região, modificando a paisagem e alterando a dinâmica regional. E as comunidades foram sempre se readaptando às investidas do capital, com patrocínio governamental, buscando sobreviver e manter suas condições de sobrevivência. Surge, em 1982, a Barragem Pedra do Cavalo, controlando o nível do rio

Paraguaçu e operando como usina hidrelétrica, interferindo na vazão, salinidade e temperatura da água, prejudicando a pesca e a mariscagem (PROST, 2008, p. 70-71). Segundo um morador, “a quantidade do pescado diminuiu. Antes de Pedra do Cavalo (a barragem) cheguei a pegar 42kg de camarão. Depois pego mais ou menos um quilo. Carlos Luiz, 45 anos, Santiago do Iguape.” (ARAGÃO, 1996, p. 127). A este propósito, PROST (2008, p. 71), afirma que:

segundo extrativistas mais idosos, a construção da barragem trouxe conseqüências como a diminuição considerável de espécies outrora abundantes ou até desaparecimento de outras tais como a pititinga, a tainha ou o cabeçudo. O camarão, assim como as ostras, siris e sururus também são afetados pela diminuição brusca de salinidade e de temperatura, e morrem (PROST, 2007a, *apud* PROST, 2008 p. 71).

Como podemos perceber, a Barragem Pedra do Cavalo alterou a dinâmica territorial da Baía do Iguape, gerando desagregação do meio ambiente. Com a diminuição de sua fonte de alimentação, as comunidades do Iguape buscam sobreviver ainda da agricultura e extrativismo no tabuleiro do Recôncavo Baiano – parte continental – complementando valor nutricional às suas famílias.

Nestas áreas em terra firme, estas comunidades produziam, além do dendê, diversas culturas alimentares, tais como milho, aipim, mandioca e amendoim (ARAGÃO, 1996, p. 112-115). Não bastasse a desagregação alimentar do mar (redução de espécies, mudança no regime das águas, salinidade, temperatura, etc.) surge, na terra que lhes resta e que é livre do latifúndio, o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, programa do Governo Federal que visava produzir álcool oriundo também da cana-de-açúcar para atender as necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos, com incentivo governamental para a oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, modernização e ampliação das destilarias (Decreto No. 76.593 de 14 de novembro de 1975).

Assim, nas “caladas da noite”, o dendê é arrancado e ocorre um processo de maior concentração de terra, gerando mais fome e desagregação do modo de vida daquelas populações, o que caracteriza, de acordo com HAESBAERT (2007, p. 68), a desterritorialização das comunidades que ali vivem.

No ano de 2008, o Governo do Estado da Bahia propõe a criação do Pólo Industrial Naval na Resex do Iguape e proximidades, alegando a importância de geração de empregos diretos e indiretos na região, além de alavancar o desenvolvimento na Baía de Todos os

Santos. Entretanto, num contexto social de questionamento a essa diretriz, a proposta se modifica para a construção de um estaleiro. Os questionamentos passaram a exigir que uma interação e organização se estabelecessem na área para que ganhassem fôlego para se transformar em reivindicações, defesa e proteção das comunidades e dos sistemas (naturais, ambientais, sociais, etc.) ali existentes.

5. A SOCIEDADE ORGANIZA-SE PELA RETERRITORIALIZAÇÃO

A proposta de instalação do Pólo Naval em território de usos e costumes de comunidades tradicionais da pesca e da mariscagem, bem como na área mais conservada da Baía de Todos os Santos preocupou, de forma isolada inicialmente, pesquisadores, ambientalistas e movimentos sociais que, logo após a divulgação do projeto pelo Governo do Estado da Bahia, vieram a se reunir em 2009, por ocasião do encontro do Movimento dos Pescadores da Bahia. Os sujeitos sociais envolvidos socializaram as informações entre si, que não era de conhecimento de todos (MIRANDA e SANTOS, 2010, p. 2-3).

Embora tenha ocorrido um movimento significativo de esvaziamento populacional (ARAGÃO, 1996), as comunidades da Baía do Iguape hoje ainda existem e estão lá. Só que de uma forma diferenciada. Hoje elas se articulam através de movimentos sociais, inclusive agregando-se a outras redes que comungam da mesma luta. E os projetos do grande capital começam a esbarrar em resistências organizadas, a exemplo do Pólo Industrial Naval, o que motivou a formação da Comissão Pró-Iguape a qual, como o nome indica, tem como luta central a defesa da Baía, pois identificaram que

os empreendedores trataram o ambiente natural conservado e de uso de comunidades tradicionais como territórios não-ocupados e que deveriam ser territorializados, desconsiderando-os em suas análises. Esta prática de desterritorialização de comunidades tradicionais e de áreas naturais conservadas e de re-territorialização por grandes empreendimentos é a reprodução da globalização perversa citada por Milton Santos (SANTOS, 2007), onde a diversidade é substituída pela homogeneidade (MIRANDA e SANTOS, 2010, p. 4).

Ao contrário da desterritorialização pela Barragem Pedra do Cavalo e pelo PROÁLCOOL, hoje as comunidades de Iguape resistem ao Pólo Naval, sabendo elas, por experiências passadas, que podem ser expulsas de seu território através da erradicação de suas fontes de alimento. É uma forma gradual de reterritorialização do espaço geográfico, sem necessariamente ter que retirar diretamente aquelas populações. As ações que têm caracterizado os movimentos de resistência têm sido resultantes da participação de pesquisadores, ambientalistas e movimentos sociais, na luta pela preservação dos sistemas do

ambiente, do trabalho, do emprego, da residência, da cultura, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, enfim, preservação do Território¹¹. É a sociedade organizando-se pela reterritorialização.

CONCLUSÃO

A reunião de dois momentos de envolvimento científico e de sociedade civil em torno das problemáticas vivenciadas por populações da Baía do Iguape com o conteúdo de apelo social como expressa o título “Baía do Iguape em busca de atenção merecida” resultou do entendimento de que o processo de apropriação e produção capitalistas dos espaços envolve questões de justiça social que só emergem a partir daqueles que são diretamente afetados em termos de expropriação e expulsão da sua base material de reprodução social.

Ao longo dos quarenta anos a que se refere o processo examinado, essa dinâmica foi tratada conceitualmente de diferentes maneiras, dentre as quais optamos pela categoria de desagregação do meio ambiente por já embutir a dissociação entre o meio natural e o modo de vida construído a partir das possibilidades humanas na relação com esse meio.

A noção de território ao ser revitalizada nas discussões acadêmicas da década de 1990 por diferentes áreas do conhecimento ensejou a categorização desse processo como desterritorialização, que não é recebido de modo passivo pelas populações atingidas.

Desse modo, os processos de desagregação e desterritorialização desenvolvidos na Baía do Iguape, nas últimas décadas, sabidamente resultantes da lógica capitalista de acumulação de capital e que expressam a ação do Estado e de entidades privadas, têm se constituído em desafios para estudiosos, pesquisadores, movimentos sociais e comunidade no sentido de identificar as possibilidades de interferir, cada vez mais, e organizadamente, nas propostas de intervenções técnicas, econômicas e políticas, dentre outras, para sua base física, social, espacial, material e cultural.

Um olhar sobre esses processos nos aponta que o desafio está sendo aceito e que a busca pela reterritorialização está sendo construída, apesar de não haver ilusões de que a luta é bastante desigual, pois envolve interesses diversos e protagonistas com espaços e forças bastante diferenciadas. Não há como antever o tempo em que grandes ou pequenas vitórias serão alcançadas, mas é evidente a conscientização na busca da atenção merecida, expressa por meio da vocalização das demandas para a manutenção do território IGUAPE. A evolução desta construção certamente reduzirá o quadro que ainda hoje prevalece, e certamente, prevalecerá por longo tempo: caso não haja meio de sobrevivência, por si só elas (as

populações) vão se deslocando para outras regiões, inchando as favelas dos grandes centros urbanos ou entrando nas filas de acampados na beira da estrada, em busca de terra para plantar o seu próprio alimento e tocar a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, F. S. de. **O Doce do Açúcar Virando Amargura**. 1996. 168p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

BRASIL. Companhia de Pesquisas dos Recursos Minerais – CPRM. Base de dados. [s.d.]

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto de 11 de agosto de 2000**. Cria a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC**. Brasília: MMA/SBF, 2004. 52p.

BRASIL. Ceplac. **Dendê**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/dende.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

BRASIL. Decreto No. 76.593 de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Alcool. Disponível em: <<http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/decretos/1975/dec%2076.593%20-%201975.xml>>. Acesso em: 30 mai 2011.

BRAYNER, A. R. A. & MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. RJ: Nova Fronteira, 1975. 1ª. Ed. 15ª. Impressão, p.1198

COMISSÃO PRÓ-IGUAPE. **Pólo Naval x Resex do Iguape: conflitos entre a legalidade, legitimidade e sócio-biodiversidade**. Salvador, 2009.

COSTA, H.H.F. **Água Grande, Pedras Duras; História e Memórias do Rio Paraguaçu: um olhar cultural sobre populações ribeirinhas**. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Bahia: UFBA, 2007.

GOOGLE EARTH. Imagem Satélite. 2011.

GUERRA, A. T. e GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. e BECKER, B. K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

MARTINS, Viviane. **Documento Final de Caracterização da Unidade e Temas Complementares – RESEX Marinha Baía do Iguape**. Projeto PNUD BRA/99/024. Apoio na Elaboração do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape. Ministério do Meio Ambiente – ICMBio: Maragogipe, julho de 2009. P.25

MIRANDA, R. M. & SANTOS, M. C. **O potencial de interferência da sociedade civil em projetos estratégicos do governo: o caso da indústria naval na Baía do Iguape**. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 6., Porto Alegre, 2010.

MMA. **SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: 2006 .6ª. ed. p. 17-18.

MOVIMENTO PRÓ-RESEX BAÍA DO IGUAPE. **Representação no Ministério Público Federal**. Salvador, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. SP: Braziliense, 1970. 12ª. Ed.

PROST, Catherine. **Relatório de pesquisa: Manejo comunitário dos recursos naturais na RESEX Marinha Baía do Iguape – BA**, 2008.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização - do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. O dinheiro e o território. IN: SANTOS, Milton et alli. **Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3ª. Ed. P.13/21.

NOTAS

¹ Economista e Mestre em Economia pela UFBA. Assessora Técnica e Pesquisadora da Universidade Católica do Salvador.

² Graduando em Geografia, da UCSal. Integrante da Comissão Pró-Iguape e do Grupo de Pesquisa DSN/UCSal.

³ O presente artigo está baseado em trabalhos dos dois autores: dissertação de Mestrado em Economia/UFBA **O Doce do Açúcar virando Amargura** (ARAGÃO, 1996) e artigo apresentado no 6º Encontro Nacional dos Geógrafos **O potencial de interferência da sociedade civil em projetos estratégicos do governo: o caso da indústria naval na Baía do Iguape** (MIRANDA, R. M. & SANTOS, M. C, 2010).

⁴ São eles: Santo Amaro, Cachoeira, Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé, Terra Nova e Teodoro Sampaio.

⁵ Para os três primeiros segmentos o instrumento de investigação utilizado foi o questionário que tinha conteúdos diferenciados por segmento. Os questionários foram aplicados junto a 20 agentes sociais de cada segmento; para as crianças foi realizado o “DIA DE PESO E ALTURA”, quando 136 crianças de até 6 anos de idade foram medidas e pesadas, através do

método de Classificação Percentilar do NCHS (Nacional Center Health of Statistic/USA), de modo a identificar o estado nutricional das mesmas.

⁶ O referido artigo apresentou resultados preliminares de pesquisa realizada por um dos autores do presente trabalho (MIRANDA et alli, 2010), também na região do Iguape e que foi orientada pela Professora Doutora Cristina Maria Macedo de Alencar, coordenadora do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza, da UCSal. Está publicado nos Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – ENG2010/Porto Alegre.

⁷ Aqui entendido, por inspiração no saudoso Prof. Milton Santos, como “espaço geográfico assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado” (SANTOS, 1004).

⁸ **Massapê** - denominação popular de solos argilosos (Vertissolos). São solos de alta fertilidade natural, de argilas expansivas que quando secos se retraem apresentando fendas (rachaduras) e quando úmidos se expandem , tornando difícil a mecanização

⁹ **Tabuleiros:** Paisagem de topografia plana, sedimentar e de baixa altitude. Os solos que predominam nos tabuleiros são de baixa fertilidade. São de fácil mecanização vez que apresentam baixo teor de argila.

¹⁰ A Reserva foi criada em 2000. A legislação que normatiza a criação de unidades de conservação da natureza sofreu alteração em 2006 (Lei n. 9.985, de 18.07.2000 e Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. A 6ª edição da publicação sobre o SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, inclui as alterações introduzidas pela Lei 11.132, de 4 julho de 2006 e pelo Decreto nº 5.566, de 26 de outubro de 2005).

¹¹ Uma exposição detalhada desses movimentos de resistência na área pode ser encontrada no item intitulado “*As ações Organizadas dos Movimentos de Resistência*”, em MIRANDA & SANTOS (2010).